PLC 53/2019

Reunião na Acits quer ouvir a classe empresarial sobre incentivos fiscais

A mensagem apresentada na AL tem gerado grande repercussão

Assessoria ALMT

O deputado estadual Dr. João (MDB) realizará reunião nesta sexta-feira, dia 5 de julho, às 8h, na sede da Associação Comercial e Empresarial de Tangará da Serra (Acits), para ouvir a população, a sociedade civil organizada e os empresários sobre a tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLC 53/2019), que trata da reinstituição dos incentivos fiscais, alterando a tributação vigente.

A mensagem foi apresentada no dia 27 de junho pelo Poder Executivo e tem gerado grande repercussão entre os representantes dos setores do comércio, serviços, da indústria, agricultura e turismo de Mato Grosso. Os setores e a maioria dos parlamentares mato-grossenses têm pedido mais tempo para discutir a proposta, que, na visão deles, não pode ser aprovada a toque de caixa.

"A proposta poderá causar um impacto muito grande no desenvolvimento econômico de Tangará da Serra, da região Médio Norte e no Estado de Mato Grosso como um todo. Então, temos que cumprir esse papel legislativo de levar essa importante discussão para dentro do nosso município base. Por nossa iniciativa, vamos debater com os empresários e os moradores esta proposta. Nossa intenção é ouvir todos os lados a respeito desta iniciativa", afirmou Dr. João.

Deputado Dr. João

> Proposta poderá causar um impacto muito grande no desenvolvimento econômico de Tangará

O projeto pegou o setor produtivo e empresarial de surpresa ao extrapolar o objetivo inicial e propor alterações profundas no sistema tributário de Mato Grosso. Os setores econômicos têm visto a proposta do Governo do Estado como uma "minirreforma tributária" à força, ao em vez de uma "restituição de incentivos ficais".

"A mensagem tem gerado tanta polêmica que já foram realizadas na sede da Assembleia Legislativa (ALMT) duas audiências públicas, que superlotaram as dependências da Casa de Leis. Contudo, diante da complexidade do tema, até o momento não existe consenso sobre a questão", disse.

Os incentivos são benefícios relacionados à carga tributária, concedidos pela administração para empresas que devem cumprir uma série de contrapartidas, como a geração de emprego. O teto para cada empresa é de 80% na isenção do pagamento do ICMS. A mensagem do governo originou discussões já no dia da leitura e aprovação da dispensa de pauta.

EXTRAORDINÁRIA

Presidente da ALMT anula sessão

ANDRÉ SOUZA / G1 MT

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Eduardo Botelho (DEM), anulou a sessão em que o projeto de autoria do governo sobre revisão de incentivos fiscais a empresas começou a tramitar. O ato foi publicado no Diário Oficial Eletrônico da ALMT, que circulou nesta quarta-feira, 3.

O projeto de lei complementar foi lido na sessão extraordinária realizada na quinta-feira, dia 27 de junho, com requerimento de dispensa de pauta - aprovado pelos deputados -, para que a proposição tramitasse com maior celeridade. Na ocasião, a sessão foi presidida pela deputada Janaína Riva (MDB).

A justificativa do presidente para a anulação é de que os dispostos nos artigos 82 e 83, do Regimento Interno da Casa de Leis, não foram observados.

Antes da anulação, os deputados Wilson Santos (PSDB) e Lúdio Cabral (PT) acionaram a Justiça para a anulação da sessão.

Deputado Eduardo Botelho